

Sarney (dir.) mantém diálogo constante com Aloisio Chaves

Maioria para garantir a reforma preocupa Sarney

O senador José Sarney disse ontem que um dos pontos fundamentais para a Comissão do PDS que examina a legislação eleitoral é identificar se o partido tem maioria ou não para votar as reformas que julgar oportunas. E para isso, o PDS deve fazer um levantamento e produzir um trabalho que represente a média das opiniões. Mas, advertiu, não querem uma legislação apenas para o PDS e sim algo que tenha aprovação e sirva também aos demais partidos.

Explicou que não têm sido feitas consultas sobre Voto Distrital, até porque sendo um assunto polêmico acabaria polarizando os debates em detrimento de outras matérias importantes. Na sua opinião, se as eleições diretas foram já decididas a nível político precisam agora ser viabilizadas nos aspectos legais.

O presidente do PDS declarou-se ainda favorável a coligações partidárias, nos moldes propostos na lei da reforma partidária,

uma vez que ela teve a aprovação dos parlamentares. Quanto a sublegendas, explicou que nos seus contatos identifica em igual proporção muitos favoráveis à manutenção do sistema atual, enquanto uns querem ampliá-las e outros tantos extinguí-las. Sarney se negou, porém, a emitir sua opinião pessoal sobre esta matéria.

Disse o senador maranhense não acreditar que a Emenda Cordeiro, dilatando os prazos das descompatibilizações, possa desunir o PDS, preferindo apostar que o partido chegará a um consenso sobre a questão, de modo a não prejudicar as administrações estaduais, e de forma a atender os anseios do meio político.

Os pedessistas ofereceram suas assinaturas à Emenda Cordeiro visando eliminar com prazos maiores a influência dos governadores e de seus secretários estaduais na disputa pelos cargos eletivos a nível federal, pois

a posição de que disputam coloca-os em condições privilegiadas. Contudo, o prazo sugerido de um ano, no entender do senador Aloisio Chaves (PDS-PA), por exemplo, seria cortar na quarta parte a duração dos mandatos dos governadores, demonstrando uma simpatia pelo retorno da forma tradicional, fixada em seis meses.

Quanto à opinião de oito governadores do Nordeste, que na semana passada, após a reunião da Sudene, manifestaram-se contra a sublegenda e o Voto Distrital, o senador José Sarney considerou como legítimas tais posições. E informou que elas serão consideradas pelo partido através da sua Comissão de Reforma Eleitoral, cujo trabalho será concluído a 15 de julho.

O senador explicou que a disposição do partido é mesmo representar o consenso de opiniões dos seus integrantes. E acha que isso possível, desde que não partam de posições sectárias.